

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.391 - RS (2019/0333058-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **WAGNER DOS SANTOS GONCALVES**
REPR. POR : **JONAS ALBERTO GONCALVES**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA**
ADVOGADOS : **ÂNGELA CRISTINA OLIVEIRA MACHADO E OUTRO(S) - RS039718**
GIGIANE STECANELA - RS078221
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
ADVOGADO : **PAULA FERREIRA KRIEGER E OUTRO(S) - RS057189**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por WAGNER DOS SANTOS GONCALVES, com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS. NECESSIDADE E IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DO PACIENTE DE ARCAR COM AS DESPESAS DO INSUMO COMPROVADAS. HONORÁRIOS DEVIDOS AO FADEP. MINORAÇÃO.

A responsabilidade dos entes públicos (União, Estados-Membros e Municípios) é solidária, podendo a parte demandante optar por exigir o cumprimento da obrigação de um ou de todos, uma vez que são solidariamente responsáveis, cabendo àquele que satisfizer a obrigação exigir o ressarcimento dos demais, na hipótese de o procedimento requerido ser diverso dos especificamente previstos em lei para si.

Cabe ao Estado (*lato sensu*) o dever de garantir o direito constitucional à saúde, devendo adotar medidas que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme disposto no art. 196 da Constituição Federal. No mesmo sentido, o art. 241 da Constituição Estadual determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado e do Município, através de sua promoção, proteção e recuperação.

Caso concreto em que tanto a necessidade da utilização do insumo prescrito quanto a impossibilidade do paciente de arcar com as despesas do tratamento restaram comprovadas.

É devida verba honorária ao FADEP pelos Municípios, visto que configuram pessoas jurídicas distintas. Honorários sucumbenciais minorados para o quantum de R\$300,00 de acordo com parâmetros adotados por esta Câmara Cível em ações idênticas patrocinadas pela Defensoria Pública APELO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA, NO RESTANTE, EM REMESSA NECESSÁRIA" (fl. 242e).

Opostos Embargos de Declaração, restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. HONORÁRIOS FADEP. SÚMULA 421 DO STJ. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE *ERRO IN JUDICANDO*, NÃO *ERRO IN PROCEDENDO*.

Tendo em vista que a divergência do embargante é quanto a alegado erro in judicando, não erro in procedendo, isto é, quanto ao mérito do julgado, o desacolhimento é medida que se impõe. Precedentes do STJ e do TJRS.

Considerando que o presente recurso possui cunho manifestamente protelatório, deve incidir a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, com base no disposto no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS. MULTA FIXADA DE OFÍCIO" (fl. 283e).

Nas razões do Recurso Especial, alega-se que "o acórdão recorrido negou vigência ao artigo 1026, §2º, do CPC/15, ao fixar multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, por entenderem os doutos desembargadores tratar-se de recurso de cunho manifestamente protelatório. Apesar do entendimento do Tribunal *a quo*, tem-se que o recurso apresentado não é manifestamente protelatório, visto que versa a respeito de matéria sobre a qual o entendimento ainda não está consolidado no âmbito do STF. Frise-se que, recentemente, a Suprema Corte reconheceu a sua repercussão geral no bojo da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº1.140.005/RJ" (fls. 302/303e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido na origem.

Com efeito, impende salientar que o presente recurso contém controvérsia que teve repercussão geral reconhecida, pelo Plenário do STF, nos autos do RE 1.140.005/RJ, Tema 1.002, em que se discute o pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com o ente público ao qual vinculada.

Com efeito, reza o art. 4º do Código de Processo Civil vigente:

"Art. 4º. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução

integral do mérito, incluída a atividade satisfativa."

Dispõem, ainda, os seguintes artigos, do mesmo **Codex**:

"Art. 926. Os Tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá de recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 5º. Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional".

Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator no tribunal superior, constando a presença do pressuposto do *caput* do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

(...)

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individual ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Com efeito, o novo CPC, dentro de uma perspectiva de competência, deixa claro que é necessário observar o decidido por quem dá a última palavra a respeito da controvérsia, qual é a eficácia desse julgado e qual o rumo que deve ser seguido pelos demais órgãos julgadores, para que o processo possa promover de forma adequada, a efetiva e tempestiva tutela pretendida.

Preocupou-se mais em operacionalizar a duração razoável do processo, com vistas às situações já constituídas e às necessidades imediatas de todas as instâncias, do que em estipular uma limitação no contexto relativo ao local de represamento dos recursos.

Assim, havendo o reconhecimento de repercussão geral, na vigência do CPC/2015, a suspensão do processo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça esvaziaria

um dos principais objetivos do novo **Codex**, qual seja, a duração razoável do processo (art. 4º).

Por outro lado, em sendo suspenso o feito na origem, uma vez decidida a questão submetida ao regime da repercussão geral, a tese fixada já serviria de norte para que o Tribunal **a quo** se adequasse à tese firmada no STF.

Tal medida impede o confronto das decisões emanadas dos Tribunais com a jurisprudência do STF, a fim de, a um só tempo, evitar as divergências jurisprudenciais, e privilegiar os princípios da isonomia e duração razoável do processo. Ou seja, além de homenagear o princípio regente do novo CPC (duração razoável dos processos), a suspensão dos autos na origem permite a aplicação do princípio da isonomia, porque, se as causas são iguais, as soluções têm de ser necessariamente iguais.

E não por outra razão que a afetação de Recurso Especial e de Recurso Extraordinário como representativos da controvérsia (arts. 1.036 e segs, CPC/2015) demanda à Corte de origem a suspensão de recursos interpostos que abordem idêntica questão, até o julgamento definitivo da matéria.

Na mesma linha, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e BRUNO DANTAS, ao comentar o art. 1.035, § 5º, do CPC/2015, prelecionam:

"Com o objetivo de concretizar de modo visível o princípio constitucional da isonomia, o § 5º do art. 1.035 determina que o relator do recurso extraordinário, uma vez reconhecida a repercussão geral, suspenda o trâmite de todos os processos em curso, no território nacional, que versem sobre a mesma matéria. (...) o único sentido da suspensão que consta do § 5º é que essa orientação seja acatada. (...) O importante é prevenir a existência de decisões discrepantes daquilo que o STF decidirá, quando apreciar o mérito do recurso. (...)"

E prosseguem:

"Nada se diz, subsequentemente, no sentido de que as decisões que ainda não foram proferidas nos processos sobrestados, devem conformar-se àquela proferida pelo STF. Veja-se que esse dispositivo não se trata de recursos repetitivos, mas de recursos entre A e B. Mas qual é o sentido de se suspenderem todos os processos que esteja tramitando no país se não alertar os juízes que o STF está para proferir uma decisão, que deverá ser vista como um precedente? (in Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a nova função dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro, 3ª ed., Rev. dos Tribunais, 2016, pp. 412 e 519).

Diante desse cenário – e utilizando-se do mesmo raciocínio –, recomendável que o Ministro Relator, levando em consideração razões de economia processual e duração razoável do processo, aprecie o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem.

Com efeito, esta Corte já se manifestou no sentido de que, "podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, influenciar no julgamento da matéria veiculada no recurso especial, conveniente se faz que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da celeridade e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem, para que nele se realize eventual juízo de retratação frente ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte. Precedentes: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/06/2017; e AgInt no AgInt no REsp 1.380.952/GO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 21/08/2017" (STJ, QO no REsp 1.653.884/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/11/2017).

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida – na vigência do novo CPC –, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora